

**PALAVRA E IMAGEM:
A PERSUASÃO AS CAPAS DE VEJA**

Patrícia Ribeiro Corado (UERJ)
paulobrigatto@ig.com.br e patriciacorado@uol.com.br

A cidadania e os valores inerentes à democracia não se consolidam por meio da força de leis, constroem-se, ao contrário, de modo lento e gradual, num processo de amadurecimento que é, ao mesmo tempo, individual e coletivo. Ser cidadão é, então, muito mais do que conhecer seus direitos e deveres, é acreditar na deliberação comum, é, por meio de escolhas conscientes, participar do jogo democrático, é, sobretudo, abdicar da força em nome do diálogo.

Percebe-se, assim, que, na medida em que a sociedade se democratiza em suas relações, a palavra se torna mais poderosa e, desse modo, o dominador é aquele que melhor uso faz da linguagem. Se entendermos que pelo discurso o poder se constrói, estabelece e fortifica e que o ideário democrático torna esse poder cada vez maior, obrigamo-nos a certas reflexões que envolvem a linguagem, os estudos da linguagem, o ensino da língua e as estruturas de poder às quais estamos submetidos.

É válido lembrar que os sistemas de dominação historicamente criam discursos que os justifiquem. Contemporaneamente, o que temos é o discurso democrático do direito à palavra sustentando um sistema de dominação em que a palavra continua negada à grande maioria. Isso porque entendemos que a democratização de vagas na escola e, conseqüentemente, do acesso à leitura e à escrita não tem sido suficiente para oferecer as chaves que permitam ao povo, de fato, penetrar no reino das palavras. Trata-se, portanto, de um sistema de dominação no qual aquele que melhor manipula, articula e usa a linguagem em benefício de seus interesses tem o poder. A linguagem/língua não é mais a expressão do poder e da dominação, ela se constitui como o próprio poder e dominação.

Socialmente isso traz resultados perigosos já que a mesma palavra que se constitui como dominação e poder é instrumento de alienação do dominado que, por se imaginar numa relação democrática, não percebe sua condição. Essa alienação é estratégica, uma vez que,

AD – ANÁLISE DO DISCURSO

como afirmava Paulo Freire (1975) “*o homem que percebe o seu condicionamento é o único capaz de superá-lo*”. O que significa que o poder que se estabelece via palavra é mais dificilmente subvertido justamente porque não permite ao sujeito ver-se como dominado, já que sua dominação dá-se via palavra, com a qual e pela qual ele é persuadido, (con)vencido.

Obviamente não se trata de defender o autoritarismo da força, mas de levar os nossos alunos à reflexão sobre a linguagem pela qual nossos mundos se criam, recriam, nossas realidades se contam, recontam, fazendo surgir imagens, idéias, verdades, modos de ver e conceber o mundo e a realidade. Compreender a(s) linguagem(ns) é entender mais a construção das relações em que estamos envolvidos e os mecanismos que nos tornam submissos ao poder que se estabelece nos espaços dessas relações.

Nesse contexto, a escola não pode permanecer omissa, escondendo-se atrás do antigo discurso da neutralidade, pois cabe a ela garantir o acesso e a socialização do educando naquilo que é comum, social e, por isso, participável. Concretamente, a sala de aula é o terreno dessa ação, onde, necessariamente, devem estar presentes instrumentos que estimulem discussões, que chamem o aluno à análise e à participação, que estimulem a interlocução entre a escola e a sociedade, de maneira que a escola seja efetivamente um ambiente que pretende, antes de qualquer outra coisa, preparar o jovem educando para a participação democrática, para o exercício consciente de escolher.

DA PALAVRA AO DISCURSO

A proposta de ensino de língua a partir de textos fundamenta-se numa concepção linguagem como fenômeno por meio do qual se realiza a interação humana. Dessa maneira, numa perspectiva discursiva, os sujeitos e a linguagem constituem-se mutuamente, de forma que, ao significar o mundo, o sujeito se significa e a linguagem torna-se meio de conhecimento e reconhecimento do mundo, do outro e, conseqüentemente, de si.

A palavra, atualizada no discurso, é, portanto, colocada como vértice das relações humanas. Nas palavras de Guimarães Rosa (In: Grande sertão: Veredas), “*toda ação principia mesmo é por uma palavra pensada. Palavra pegante, dada ou guardada, que vai rom-*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

pendo rumo”. É bem verdade! No princípio está a palavra, todavia é imprescindível considerar que toda a magia da palavra se constrói nas malhas do texto, que é a língua viva, em uso, latejante. Segundo Ianni (1999, p. 17), “nenhuma palavra flutua solta no espaço e no tempo, solitária, carente. Tanto se articula com outras como se enraíza mais ou menos densamente na vida de uns e outros, leitores e ouvintes, escritores e oradores.” É no texto e nas relações contextuais que a palavra se revela em todo o seu poder, traduzindo a essência do que somos e vivemos individual e coletivamente.

Para Citelli (2004a, p. 31), “se as palavras, por exemplo, possuem dimensão mais ou menos neutra quando estão em situação de dicionário, ao se contextualizarem, passam a expandir valores, conceitos, pré-conceitos”. João Cabral de Melo Neto, grande poeta, sintetiza a necessidade de contextualização ao falar-nos da esterilidade da “palavra em situação dionária”:

Rios sem Discurso

Quando um rio corta, corta-se de vez
O discurso-rio de água que ele fazia;
Cortado, a água se quebra em pedaços,
Em poços de água, em água paralítica.
Em situação de poço, a água equivale
A uma palavra em situação dionária:
Isolada, estanque no poço dela mesma,
e porque assim estanque, estancada;
e mais: porque assim estancada, muda,
e muda porque com nenhuma comunica,
porque cortou-se a sintaxe desse rio,
o fio de água por que ele discorria.

O curso de um rio, seu discurso-rio,
Chega raramente a se reatar de vez;
Um rio precisa de muito fio de água
Para refazer o fio antigo que o fez.
Salvo a grandiloquência de uma cheia
Lhe impondo interina outra linguagem,
Um rio precisa de muita água em fios
Para que todos os poços se enfrasem:
Se reatando, de um para outro poço,
Em frases curtas, então frase e frase,
Até a sentença-rio do discurso único
Em que se tem voz a seca ele combate.

(João Cabral de Melo Neto – In: *Melhores poemas*, 2003, p. 191)

AD – ANÁLISE DO DISCURSO

Na maravilhosa metáfora discurso-rio, João Cabral revela a necessidade de um contexto, uma arrumação comunicativa, discursiva, que dê à palavra seu efetivo poder, isso porque os sentidos não estão apenas nas palavras, mas nos textos e na sua relação com a exterioridade, nas condições em que o discurso é produzido.

Pode-se, assim, concluir que o poder da palavra é variável, podendo ser usado para o apequenamento, para a opressão, para a morte ou para o crescimento, para a libertação, para a vida. Nesse contexto, pensar o ensino de língua exige escolhas que serão determinadas por uma avaliação do professor sobre a sua forma de olhar para a língua e para as relações entre essa língua e a vida, entendendo que o trabalho com frases soltas, com leituras fragmentadas, com a repetição de metalinguagem gramatical sonega ao aluno o direito de compreender significativamente a sua língua e os mundos que por ela se constroem.

O LUGAR DA IDEOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DO REAL

Pensar a linguagem é também pensar os elementos que participam da formação da (in)consciência humana. De acordo com essa visão, a análise dos discursos veiculados pela imprensa ganha relevância na medida em que eles se tornam supostos divulgadores da realidade. Em outras palavras, trata-se de uma investigação lingüístico-discursiva e ideológica que tentará penetrar na opacidade das lentes através das quais o mundo contemporâneo se apresenta aos sujeitos históricos que dele participam.

O surgimento e a consolidação, ainda que em tese, do conceito de democracia fortalecem, como vimos, a relação entre a palavra e o poder, de modo que a força das palavras substitui o poder das armas e a repressão pela força.

De fato, a palavra e todas as demais formas de linguagem que se propõem à representação do real têm força. É no discurso que o homem cria e (re)cria os mundos e as realidades. Para Rodrigues (1989, p. 19), *“falar é criar um mundo que não é, mas fica sendo. Quer dizer, vai sendo. A palavra vai fazendo o mundo verdadeiro”*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

É no discurso, cuja matéria-prima é a linguagem, que a ação e a interação humanas se concretizam. Sob esse enfoque, os estudos da linguagem não podem visar apenas à compreensão da língua como sistema, mas também a investigação sobre os mecanismos pré- e pós-discursivos que fazem o discurso se constituir tal como é.

Isso requer, entre outras estratégias, um olhar para a produção dos sentidos como oriunda da relação entre o homem, a língua e a história, ou seja, uma concepção de humanidade que seja histórico-discursiva.

Ao se fazer a investigação dos discursos, dentro dessa perspectiva, não podem ser ignoradas as batalhas históricas, sociais e culturais que neles se travam. Não se pode deixar levar pela idéia ingênua de que a linguagem, posta em discurso, presta-se à reprodução isenta do real, sem se deixar marcar pelo sujeito discursivo que, nesse caso, põe a linguagem a seu serviço.

Cabe ressaltar que a construção histórica do presente é feita no interior dos meios de comunicação, de modo que a realidade não é independente do meio pelo qual se veicula, mas sua existência e a forma que assume estão diretamente relacionadas ao veículo que a torna pública e, portanto, “real”.

Por tudo isso, parto aqui do pressuposto de que o discurso não é simplesmente objeto de comunicação, mas, e talvez sobretudo, objeto simbólico e, conseqüentemente, político e ideológico. Para Ciotelli (2004, p. 44), “*a palavra, o discurso e o poder se contemplam de modo narcisista, cabe-nos tentar jogar uma pedra na plácida lâmina de água*”.

Ao lançar mão de diferentes maneiras de falar de um mesmo fato, o veículo de comunicação faz uma escolha que tem estreita relação com o efeito de sentido que se pretende provocar no leitor.

Se a facilidade de acesso à informação, por um lado, trouxe ao homem contemporâneo uma série de benefícios, não se pode ignorar que, por outro, o poder midiático de nos apresentar o mundo sob a perspectiva de suas lentes coloca-nos numa tênue fronteira entre informação e alienação, por mais paradoxal que isso possa inicialmente parecer, até porque o pior dos alienados é aquele que não se reconhece como tal.

AD – ANÁLISE DO DISCURSO

Nesse ponto, a imersão no universo da textualidade da mídia parece perigosa, uma vez que o leitor tende a não perceber a distância entre o fato e a representação que dele é feita. Vive-se, assim, num universo de espetacularizações e silêncios que se camuflam mutuamente; o mesmo véu que se tira aqui é usado para cobrir ali e o que temos são apenas recortes de uma realidade, formando um mosaico no qual o que entra e o que fica de fora obedecem sempre a uma certa *ordem do discurso* (Foucault, 2003), determinante daquilo que se deve ou não dizer no momento histórico da produção de sentidos, porque por trás de todo “fazer conhecer” o que há é um jogo de luta pelo poder, do qual o leitor ingenuamente participa como peça manipulada inteligentemente por experientes jogadores.

UMA ANÁLISE PARA EXEMPLIFICAÇÃO

Para exemplificar uma proposta de trabalho escolar em Língua Portuguesa que se alie a essa concepção de leitura, usaremos como corpus capas da revista *Veja*, tentando mostrar uma possibilidade de trabalho que ofereça ao aluno instrumentos para de fato entender o que lê, para entender os discursos – nesse caso específico, o discurso jornalístico – como recortes da realidade e, sobretudo, para entender a linguagem como um jogo de força e poder.

As capas de revista, além do incontestável potencial comunicativo, mostram-se um rico material pelo uso plural que fazem das linguagens, numa composição em que o verbal e o não-verbal completam-se mutuamente, fazendo parte dos recursos de produção de sentido elementos da análise linguística propriamente dita, tais como, seleções lexicais, perguntas retóricas, pressupostos e subentendidos, construção de polifonia a partir de recortes do discurso de outrem etc., e elementos da análise semiótica, como, por exemplo, cores, imagens, fotos, jogos de luz e sombra etc.

De acordo com Eco (1991, *passim* 4-12): “*É signo tudo quanto possa ser assumido como um substituto significante de outra coisa qualquer (...)* Há, pois, signo toda vez em que um grupo humano decide usar algo como veículo de outra coisa.” Desse modo, as capas de revistas apresentam-se como texto para cuja produção de sentido a reciprocidade entre palavra e imagem, signos verbais e não-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

verbais, é fundamental, constituindo-se como instigante objeto de reflexão e análise.

Selecionamos para este trabalho uma capa de *Veja* que faz referência ao PT, partido político do atual Presidente da República. Vale lembrar, entretanto, que o material selecionado poderia atingir outras esferas, como, por exemplo, a religiosa, a política mundial, a comportamental, a científica etc.

Partimos então para a exemplificação com a capa da edição n.º 1770, de 25 de setembro de 2002:



AD – ANÁLISE DO DISCURSO

Contextualmente, trata-se de um período pré-eleitoral em que as pesquisas apontavam o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, no primeiro lugar, com cerca de 40% das intenções de voto.

Na capa em estudo a estrela do PT, signo simbólico, aparece no primeiro plano, “vestindo” a faixa presidencial. No segundo plano, a imagem frontal do Palácio do Planalto e o céu de Brasília. Dessa maneira, a iminência da vitória do PT na campanha presidencial se concretiza como imagem para o (e)leitor.

Compondo o quadro textual, aparece, num diálogo com o não-verbal, o material propriamente lingüístico: “O PT está preparado para a presidência?”

Com a pergunta, a revista traz ao seu leitor a dúvida sobre a capacidade do PT; trata-se de um recurso retórico, no qual o enunciador não se compromete diretamente com o que diz, mas induz o leitor à resposta desejada.

(...) a interrogação oratória, que não visa nem a informar-se, nem a assegurar um acordo, é em geral figura de comunhão; na comunicação oratória o orador pede ao próprio adversário, ao juiz, que reflita sobre a situação em que se está, convida-o a participar da deliberação que ele parece prosseguir à frente dele (...).

(Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1996, 202)

O conteúdo ideológico, nesse caso, não se apresenta nas linhas, mas nas entrelinhas do texto, no universo dos implícitos. A pergunta, que já deixa subentendida a idéia o despreparo, ganha, num jogo de associações, resposta na própria capa da revista, em cuja lateral superior esquerda lê-se: “José Dirceu, o homem que faz a cabeça de Lula.”

Ao mencionar José Dirceu e designá-lo como “o homem que faz a cabeça de Lula”, a revista apresenta o candidato à presidência pelo PT como um homem fraco, tendo alguém que “faz a sua cabeça”, em outras palavras, alguém que o comanda, que tem controle sobre ele.

Tudo isso parece capaz de construir no leitor, de modo competente e por meio de um jogo sutil de linguagens, uma imagem de insegurança em relação ao PT na presidência, reforçando a idéia que já circulava socialmente de que, em razão de sua história, Lula e o

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

PT não seriam capazes de assumir com preparo e competência a direção do país.

Não se trata, sobremaneira, de propor que se leve para sala de aula um discurso em favor desse ou daquele partido, dessa ou daquela verdade, mas de entender e fazer entender que as verdades devem ser relativizadas, que as informações que nos chegam, por qualquer que seja o meio, são apenas recortes de uma realidade muito maior e que, na constituição discursiva, passam por critérios necessariamente subjetivos. Mais do que isso, um trabalho de leitura como o que se propõe aqui deve ter como objetivo levar os sujeitos à reflexão sobre os discursos que os constituem como seres sociais, à compreensão de que pensamos o que pensamos, somos quem somos em razão da relação dialógica que estabelecemos com o mundo. Como explica Cietelli (2004a: 50-1),

Em quantas discussões nos envolvemos, defendendo ou criticando temas como a prática do aborto, a pena de morte, o parlamentarismo, o presidencialismo e outros, sem nos darmos conta de que sobre eles pouco pensamos e, menos ainda, amadurecemos pontos de vista.

Por estas constatações dá para entender por que é necessário existir uma relação menos ingênua, mais crítica, com os discursos. No entanto, afirmar que idéias se reatualizam em idéias, valores em valores, conceitos em conceitos não deve causar estranheza no âmbito dos estudos de linguagem. Isto porque, tendo ela dimensão social, histórica, estando implicada nas relações humanas, é natural que venha a sustentar os jogos dialógicos, as intercorrências discursivas. Daí também a razão de os movimentos interdiscursivos rerepresentarem-se em nossos atos de fala, em nossos textos, ajudando a formar, transformar, conformar, reformar visões que tenhamos das coisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. A interação verbal. **In:** *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.

CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso* (Coord. e trad. Fabiana Komesu). São Paulo: Contexto, 2004.

CHIAPPINI, Lígia. A circulação dos textos na escola – 2. **In:** CIETELLI, Adilson (coord.). *Outras linguagens na escola: publicidade,*

AD – ANÁLISE DO DISCURSO

cinema e TV, rádio, jogos, informática. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2004.

———. *O texto argumentativo*. 1ª ed. São Paulo: Scipione, 2004a.

ECO, Humberto. *Tratado Geral da Semiótica*. São Paulo. Perspectiva, 1991.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2003.

FOULCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 9ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1975.

IANNI, Octávio. *Língua e sociedade*. In: VALENTE, André (org.). *Aulas de Português: perspectivas inovadoras*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MELO NETO, João Cabral de. *Melhores poemas de João Cabral de Melo Neto* / Seleção de Antônio Carlos Secchin. 9ª ed. São Paulo: Global, 2003.

PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação e retórica* (trad. Maria Ermantina Galvão). São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SANTAELLA, Lúcia. *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

——— & NÖTH, Winfried. *Imagem: cognição, semiótica e mídia*. São Paulo: Iluminuras, 2005.

RODRIGUES, N. *Filosofia... para não filósofos*. São Paulo: Cortez, 1989.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.